



Divulgação de Resultados

Relatório da Administração 2017



Statkraft

Statkraft anuncia lucro líquido de R\$ 8,4 milhões em 2017. Desempenho operacional estável, afetado pelo risco hidrológico e efeito legado.

Florianópolis, 14 março de 2018 – A Statkraft Energias Renováveis S.A. (“Statkraft” ou “Companhia”), listada na BM&FBovespa (STKF3), no segmento Bovespa Mais, geradora de energia elétrica através de fontes renováveis, anuncia hoje seu resultado de 2017. As informações financeiras e operacionais a seguir se referem aos resultados consolidados da Statkraft Energias Renováveis S.A. Tais informações estão apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e também estão apresentadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS). As informações estão apresentadas em Reais (R\$) e as comparações, exceto onde indicado, referem-se aos resultados de 2016.

1) Destaques do período

- ▶ **Em 2017 a Companhia não apresentou fatalidades ou sérios incidentes ao meio ambiente.** A Statkraft tem como objetivo um alto padrão de segurança para todos seus colaboradores e stakeholders.
- ▶ Em 2017 a **receita operacional líquida somou R\$ 310,8 milhões**, aumento de R\$ 35,5 milhões, equivalente a 12,9% comparado com o ano de 2016, fruto da correção dos contratos de venda de energia e o melhor desempenho dos parques eólicos da Bahia.
- ▶ **Cenário hidrológico impactou negativamente 2017**, sendo o efeito negativo de R\$ 42,9 milhões reconhecido no resultado, afetando o lucro líquido e margem EBITDA da Companhia em 2017.
- ▶ **EBITDA totalizou R\$ 109,2 milhões em 2017**, redução de R\$ 68,6 milhões, comparado a 2016, fruto principalmente do efeito não recorrente advindo de condenação judicial e compra de energia fruto da hidrologia.
- ▶ A Companhia efetuou, em dezembro de 2017, o **pré-pagamento da dívida com BNDES nas subsidiárias PCH Santa Laura e PCH Santa Rosa, nos montantes de R\$ 10,2 e 39,2 milhões**, respectivamente. A iniciativa faz parte do plano da Companhia de revisão de sua estrutura de capital, o que possibilitou melhoras nos indicadores de liquidez e custo da dívida.
- ▶ A Companhia realizou, em 15 de dezembro de 2017, **redução de capital social no montante de R\$ 168,9 milhões**. Tal redução permitiu absorção de prejuízos acumulados constantes das informações trimestrais no 3T17. Após a redução, permanece inalterado o percentual de participação dos acionistas no capital da Companhia, sem cancelamento de ações.
- ▶ **A Companhia apurou lucro líquido de R\$ 8,4 milhões em 2017.** O resultado foi impactado por efeito legado de execução judicial, bem como pelo cenário hidrológico acima mencionado. Ainda assim, o lucro apurado constitui um importante marco estratégico da Companhia, bem como a coloca em posição de distribuição de dividendos aos seus acionistas.

Principais Indicadores	2016	2017	Var. (%)
Receita líquida (R\$ mil)	275.164	310.808	12,9
EBITDA gerencial ¹ (R\$ mil)	182.587	152.995	-16,2
EBITDA ICVM 527(R\$ mil)	177.887	109.243	-38,6
Margem EBITDA gerencial ¹ (%)	66,3%	49,5%	-16,8 p.p.
Margem EBITDA (%)	64,6%	35,3%	-29,3 p.p.
Lucro líquido gerencial ¹ (R\$ mil)	76.964	56.475	-26,6
Lucro / (Prejuízo) líquido (R\$ mil)	(15.544)	8.401	154,0
Dívida Líquida (R\$ milhões)	242,0	156,7	-35,3
Preço líquido (R\$/MWh)	203,02	213,16	5,0
Energia gerada (MWh)	1.448,5	1.307,8	-9,7
Disponibilidade (%)	95,1	94,6	-0,5 p.p.

2) Mensagem da Administração

Fortalecimento da estrutura como plataforma para o crescimento

No dia 13 de julho de 2015, ocorreu a conclusão da operação de consolidação do controle da Statkraft Energias Renováveis S.A., na qual o Grupo Statkraft, por meio da Statkraft Investimentos Ltda., ampliou sua participação acionária para 81,3% e a FUNCEF manteve sua participação de 18,7%.

Como forma de assegurar o funcionamento da Companhia em linha com o modelo operacional do Grupo Statkraft e garantir uma transição segura e sólida, imediatamente após a finalização da operação deu-se início o processo de integração.

O objetivo do Projeto de Integração era capturar as sinergias com o Grupo Statkraft e melhorar os processos corporativos de forma geral, com ênfase em controles, eficiência operacional, *compliance*, governança e mitigação de riscos, garantindo melhores resultados aos acionistas da Companhia.

Ao final do ano de 2016, após extensivo processo de Auditoria Interna, o Grupo Statkraft reconheceu o sucesso da implantação, atestando a aderência da Statkraft Energias Renováveis ao modelo operacional corporativo, denominado *The Statkraft Way*.

Já no início do ano de 2017, como parte da revisão estratégica, o Grupo Statkraft reiterou sua estratégia de ampliar as operações fora da Noruega. Nesse sentido o Brasil foi apontado como uma das principais plataformas do Grupo Statkraft para crescimento fora da Europa. As oportunidades de mercado contribuíram para essa direção estratégica, mas também o fato de que as operações no Brasil estão de acordo com as políticas e padrões do Grupo Statkraft são fundamentais para a mudança de um mandato operacional para um mandato de crescimento.

Assim, a Administração da Statkraft Energias Renováveis S.A. está analisando alternativas de crescimento com base no estudo de seu portfólio de projetos em desenvolvimento, bem como a possibilidade de aquisição de projetos em operação, construção e / ou desenvolvimento. O foco do crescimento será baseado em fontes renováveis, como energia hidrelétrica, energia eólica e solar, através de investimentos que gerarão valor para os acionistas.

Além disso, a Administração da Companhia busca elevar os padrões de crédito da Statkraft Energias Renováveis S.A. com o objetivo de viabilizar esta nova fase de crescimento de suas operações, sendo, por exemplo, a recente redução do seu nível de endividamento uma melhora nas métricas de seu Balanço Patrimonial.

Eventos marcantes no exercício

Sob a perspectiva operacional, destaca-se o risco hidrológico vivenciado pelo setor elétrico em 2017, ano em que o Brasil enfrentou a sua maior crise hídrica já registrada, de modo que os reservatórios tenham atingido patamares extremamente baixos. Como consequência, os geradores foram expostos aos mais elevados índices de GSF no segundo semestre de 2017, sendo a SKER impactada em R\$ 46,3 milhões, apesar da alta disponibilidade dos ativos.

Ainda, durante o mês de junho de 2017, a Companhia sofreu execução arbitral, com efeito negativo ao resultado de R\$ 38,6 milhões, sendo este um efeito legado não recorrente.

Em linha com o compromisso da Statkraft com os mais altos padrões de ética, *compliance* e integridade, cabe destacar o reconhecimento pelo Ministério Público Federal e Polícia Federal em Brasília/DF da inexistência de qualquer relação entre os fatos investigados pela “Operação Greenfield” e a Companhia. A decisão mitigou possível efeito ao resultado da SKER, bem como reestabeleceu sua reputação perante o mercado.

Outros eventos importantes destacados neste Relatório de Administração denotam o alto nível de controles da Companhia, bem como a total aderência às normas internacionais de contabilidade (IFRS).

Diante dos fatores acima expostos, iniciamos o ano de 2018 com expectativa positiva para os nossos resultados.

Fernando De Lapuerta Montoya
Diretor Presidente

Leoze Lobo Maia Junior
Diretor Financeiro e de RI

3) Sobre a Statkraft Energias Renováveis S.A.

A Statkraft Energias Renováveis S.A., constituída em 19 de maio de 1995, tem por objeto (i) a participação em outras sociedades nas áreas de geração de energia elétrica originada de fontes renováveis e operação e manutenção de usinas de geração de energia elétrica, (ii) a prestação de serviços de assessoria, consultoria, administração, gerenciamento e supervisão, nas suas áreas de atuação; e (iii) a implementação, propriedade, financiamento e operação de projetos de energia renovável, com principal foco naqueles de geração de energia hidrelétrica, mas também incluindo os projetos de energia eólica e solar.

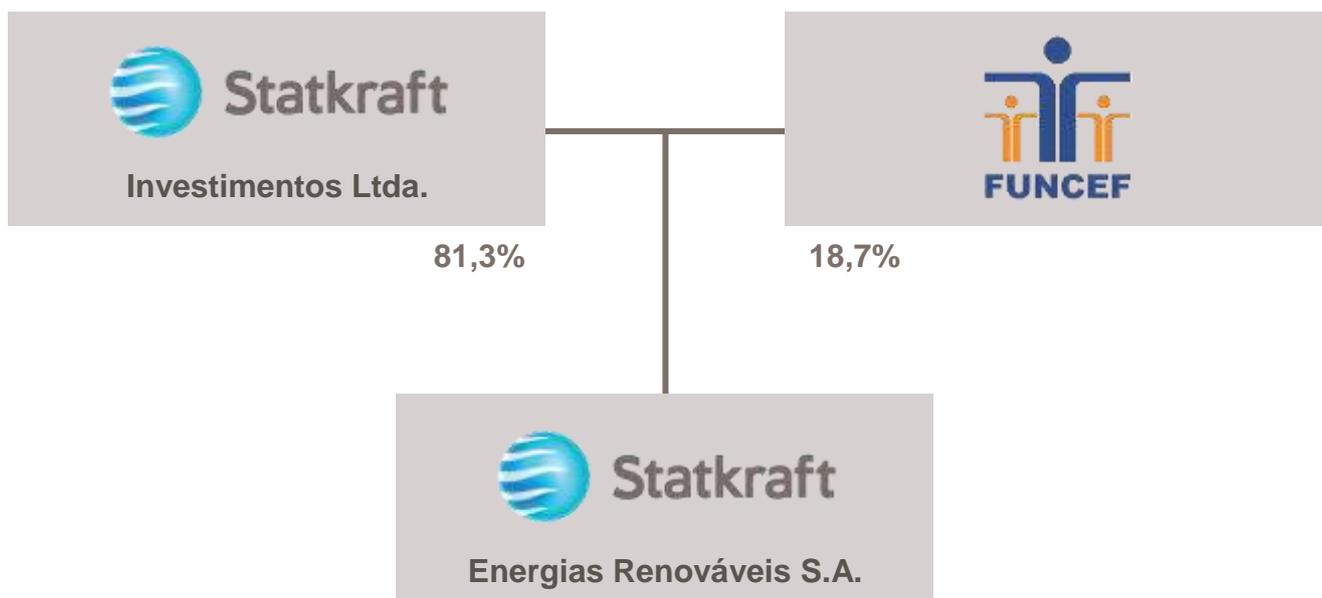
A Companhia atua de maneira integrada, possuindo experiência em todo o ciclo de negócio, desde a execução de inventários, passando pelo licenciamento, modelagem econômico-financeira, financiamento, acompanhamento da construção, até a operação de empreendimentos de geração de energia, nas fontes de energia renovável em que atua.

Além da operação e implantação de seus empreendimentos, as atividades da Statkraft Energias Renováveis S.A. buscam o constante desenvolvimento de novos projetos, visando garantir o crescimento futuro da empresa.

Atualmente os ativos da Companhia incluem 6 usinas hidrelétricas, participações minoritárias em 4 usinas hidrelétricas, 1 complexo eólico no estado da Bahia formado por 3 usinas, 1 usina eólica no estado de Sergipe, perfazendo capacidade instalada própria de 318 MW, além de possuir portfólio de projetos relacionados principalmente à energia hidráulica de menor escala.

4) Nossos acionistas

A Statkraft Energias Renováveis S.A possui uma sólida base acionária, responsável pela orientação dos negócios, bem como pelo aporte de capital e investimentos necessários para a manutenção das atividades.



GRUPO STATKRAFT

No capital da Companhia desde Março de 2012

A STATKRAFT é uma empresa de origem norueguesa, líder em energia renovável da Europa, atuando nos segmentos de energia hidroelétrica, energia eólica e aquecimento urbano. Historicamente está ligada intrinsecamente com o desenvolvimento de geração de energia hidroelétrica da Noruega desde os primórdios do século XIX, quando o poder de cachoeira do país foi explorado pela primeira vez. Possui usinas de energia ao redor do mundo com 387 plantas e uma capacidade de 19.270 MW, com produção anual estimada de 66 TWh, sendo 97% de fontes renováveis. Sua estrutura conta com aproximadamente 3.800 funcionários espalhados em mais de 20 países.

No dia 26/09/2017 o Conselho de Administração da Statkraft aprovou um acordo para troca de ações entre SN Power e Statkraft IH Invest AS, a partir do qual a Statkraft passou a deter 100% das ações relacionadas aos investimentos no Brasil. Esta ação está em linha com a estratégia da Statkraft na geração de energia internacional, que consiste em construir posições mais fortes em menos mercados e ampliar seu portfólio para incluir mais energia eólica e energia solar, além de energia hidrelétrica.

O governo da Noruega (Rating AAA – S&P e Aaa – Moody's) detém 100% das ações da Statkraft e confere ao grupo forte solidez financeira e visão de longo prazo.

FUNCEF

No capital da Companhia desde setembro de 2009

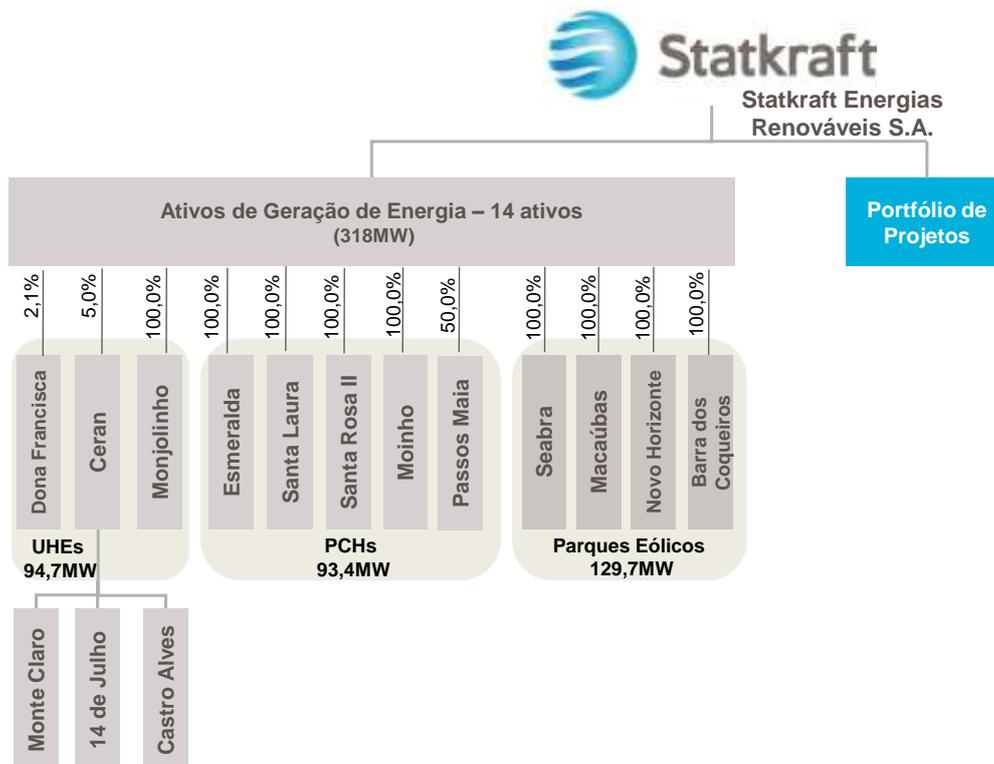
A FUNCEF - Fundação dos Economiários Federais - é o terceiro maior fundo de pensão do Brasil e um dos maiores da América Latina. Entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, foi criada com base na Lei nº 6.435, de 15 de julho de 1977, com o objetivo de administrar o plano de previdência complementar dos empregados da Caixa Econômica Federal. Atualmente a FUNCEF possui patrimônio ativo total superior a R\$ 58 bilhões e aproximadamente 137 mil participantes.

A Fundação é regida pela legislação específica do setor, por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão, a exemplo do Código de Conduta Corporativa e do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa. Seus recursos são investidos em áreas diversas que se dividem em: renda fixa, renda variável, investimentos estruturados, imóveis e operações com participantes. Esses investimentos garantem o pagamento dos benefícios de seus participantes e, como aplica seus recursos no país, a FUNCEF, como investidor institucional, tem papel ativo no desenvolvimento nacional.

A FUNCEF foi o primeiro fundo de pensão do país a aderir ao Código Stewardship. O código reúne um conjunto de princípios e recomendações de governança para investidores institucionais – os stewards, no jargão de mercado -, responsáveis por administrar recursos de terceiros. Ainda sem tradução em português, Stewardship resume o conceito de dever fiduciário: a obrigação assumida por esses investidores em atuar no melhor interesse de seus clientes/investidores.

5) Estrutura Societária da Holding e suas participações

A Statkraft Energias Renováveis S.A. é uma holding de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) que possui uma matriz energética com capacidade instalada de 318 MW, compreendendo 14 empreendimentos em operação.



6) Governança corporativa

A Companhia adota elevado padrão de governança corporativa, em consonância com Companhias abertas e listadas, pois aderiu ao “Bovespa Mais” desde outubro de 2011, contando com Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Comitês de Assessoramento, Auditoria Externa e Área de Relações com Investidores.

A governança corporativa da Statkraft Energias Renováveis S.A. está refletida nas suas práticas de gestão e em seu Estatuto Social, que tem como principais destaques a vedação ao registro de voto de representantes de partes relacionadas em reuniões de Conselho ou em Assembleias, sempre que a deliberação envolver potencial conflito de interesses, a adoção de Conselho Fiscal permanente, o capital Social composto exclusivamente por Ações Ordinárias e a contratação de empresa independente exclusivamente para auditoria das demonstrações financeiras. A Companhia também está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula Compromissória constante no Estatuto Social.

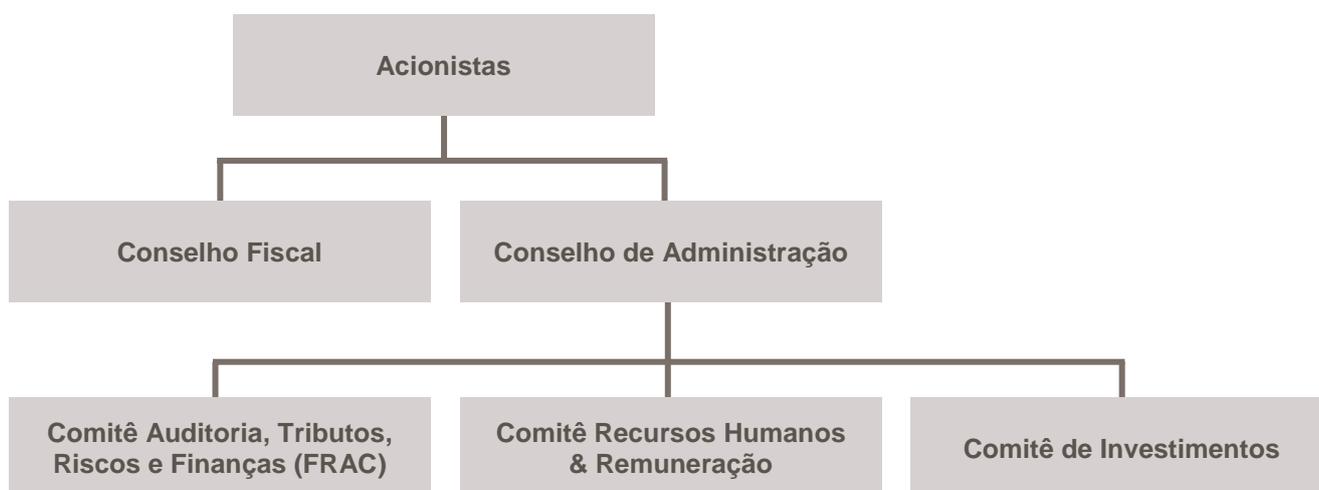
Adicionalmente, através da celebração de Acordo de Acionistas, foram constituídos comitês de assessoramento à Administração. O objetivo dos comitês é auxiliar o Diretor Presidente e o Conselho de Administração, de forma a conferir rapidez, transparência e exatidão às decisões do Conselho de Administração. Os comitês também fornecem uma análise prévia dos assuntos relevantes para deliberação do Conselho de Administração.

Os comitês se reúnem periodicamente para discutir assuntos financeiros, estratégicos e operacionais levantados pelo Conselho de Administração, pela Administração Executiva ou por seus membros. Tais discussões resultam em recomendações formais para suportar as decisões, políticas e estratégias.

A atual composição do Conselho de Administração da Companhia possui os seguintes:

Membro	Cargo	Suplente	Data Eleição	Término Mandato	Acionista
Austin Laine Powell	Presidente do CA	Tron Engebretsen	31.05.2016	AGO de 2018 - contas de 2017	Statkraft
Kjersti Ronningen	Efetivo	Laurent Gonzalo	31.05.2016	AGO de 2018 - contas de 2017	Statkraft
Simen Braein	Efetivo	-	31.05.2016	AGO de 2018 - contas de 2017	Statkraft
Antonio Augusto de Miranda e Souza	Efetivo	Andrea Morata Videira	09.03.2017	AGO de 2018 - contas de 2017	FUNCEF
Delvio Joaquim Lopes de Brito	Efetivo	Antonio Carlos Bomfim	03.07.2017	AGO de 2018 - contas de 2017	FUNCEF
Laurent Gonzalo	Suplente	-	31.05.2016	AGO de 2018 - contas de 2017	Statkraft
Tron Engebretsen	Suplente	-	31.05.2016	AGO de 2018 - contas de 2017	Statkraft
Andrea Morata Videira	Suplente	-	09.03.2017	AGO de 2018 - contas de 2017	FUNCEF
Antonio Carlos Bomfim	Suplente	-	03.07.2017	AGO de 2018 - contas de 2017	FUNCEF

O organograma a seguir mostra a estrutura de governança da Statkraft Energias Renováveis S.A.:



Como parte do processo de integração ao Grupo Statkraft, após a aquisição pelo Grupo do controle majoritário da Companhia SKER, em 13 de julho de 2015, o Grupo iniciou uma investigação interna relacionada a esta subsidiária, sendo que os achados de tal investigação foram indicados às autoridades responsáveis. Neste momento não é possível estimar potenciais efeitos financeiros negativos.

Com relação ao Procedimento de Investigação Criminal nº 1.16.000.000993.2016-70 (“Operação Greenfield – caso FIP CEVIX”), conduzida pelo Ministério Público Federal e Polícia Federal em Brasília/DF, foi reconhecida a inexistência de qualquer relação dos fatos investigados com a Statkraft Energias Renováveis S.A., sendo este procedimento encerrado em relação a esta em 25 de agosto de 2017 conforme decisão judicial.

A Associação Nacional Independente dos Participantes e Assistidos da Funcef (“ANIPA”) ajuizou a ação civil pública nº 0033834-52.2016.4.01.3400 contra todas as pessoas físicas e jurídicas envolvidas na investigação criminal mencionada acima, pleiteando o ressarcimento em razão da suposta má gestão dos administradores da FUNCEF, considerando os fatos narrados na operação Greenfield. A administração concluiu que nenhuma provisão para perdas é requerida.

AÇÕES DE COMPLIANCE

Nos últimos anos, esforços significativos têm sido feitos para construir um programa de *compliance* global forte, visando promover uma cultura ética e assegurar controles internos efetivos. O nosso Programa de Compliance é adaptado ao perfil de risco do Grupo Statkraft, orientado por padrões internacionais (incluindo o *UK Bribery Act*) e aplicado na Statkraft Energias Renováveis S.A. O Programa de Compliance abrange as seguintes áreas: Anticorrupção e Fraude, Lavagem de Dinheiro, Sanções Econômicas e Controle de Exportação, Proteção de Dados Pessoais e Direito da Concorrência.

A área de Compliance Corporativa é a força condutora para o trabalho de Compliance no Grupo Statkraft, sendo responsável pelo desenvolvimento de políticas e procedimentos, por assessorar e apoiar a sua implementação, e por todo *framework* de Compliance – análise de riscos de Compliance, avaliações de integridade de terceiros, treinamentos e comunicação, e monitoramento e avaliação contínuos. Esta unidade é independente das áreas de negócio e seu reporte é direto ao Diretor Jurídico Global. No Brasil, a Statkraft Energias Renováveis S.A. conta com um Gerente Regional de Compliance baseado no escritório de Florianópolis, responsável pelas atividades de Compliance também na região da América Latina.

O nosso Código de Conduta e o Manual de Anticorrupção são um dos documentos mais importantes para área de Compliance. Eles não só estabelecem nosso compromisso fundamental com a integridade empresarial e as expectativas da gestão sobre os empregados da Statkraft, como também encoraja a discussão ativa e aberta sobre os desafios éticos. Estabelecem a nossa prioridade à integridade empresarial e dá suporte aos empregados. No último ano esforços importantes foram implementados na área de Compliance com treinamentos anticorrupção obrigatórios anuais que atingiram a marca de 100% dos empregados da Statkraft Energias Renováveis S.A.. Os esforços de treinamento e comunicação são atividades contínuas do Programa de Compliance da Statkraft.

RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

Em conformidade com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que a Companhia e suas controladas adotam como procedimento formal consultar os auditores independentes Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, no sentido de assegurar-se de que a realização da prestação de outros serviços não venha a afetar sua independência e objetividade necessária ao desempenho dos serviços de auditoria independente. As práticas da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

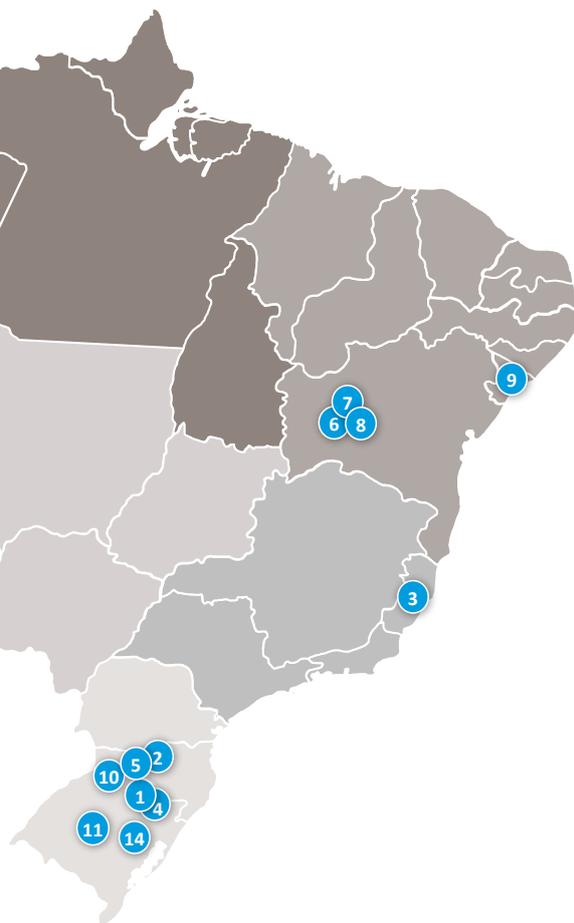
No exercício social findo em 31 de dezembro de 2017, a Deloitte prestou serviços de diligência financeira, fiscal e *compliance*, com honorários totais de R\$ 261,8 mil, excluindo despesas e impostos, representando 35% do valor da remuneração dos auditores independentes para os trabalhos de auditoria independente da Companhia.

Na contratação destes serviços, as práticas adotadas pela Companhia se fundamentam nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

A Deloitte declarou que a prestação dos serviços foi feita em estrita observância das normas contábeis que tratam da independência dos auditores independentes em trabalhos de auditoria e não representaram situações que poderiam afetar a independência e a objetividade ao desempenho de seus serviços de auditoria externa.

7) Empreendimentos em operação

Conforme quadro abaixo, a Companhia possui atualmente 14 empreendimentos em operação, com uma capacidade instalada própria de 318 MW.



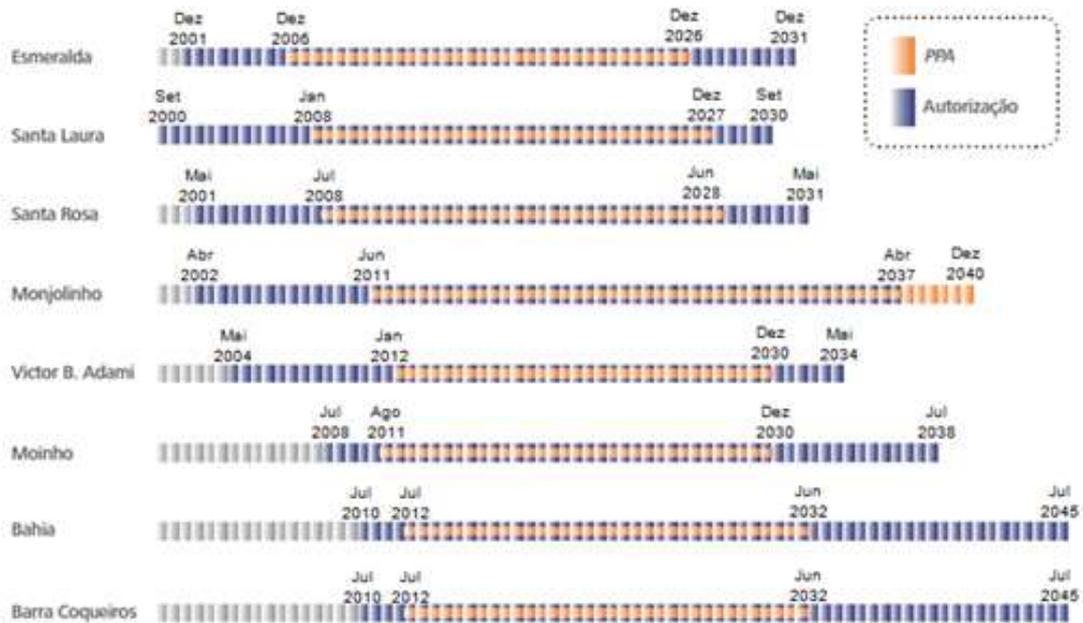
Planta	Participação Statkraft	Início Operação Comercial	Potência Instalada (MW)	Potência Instalada Statkraft (MW)
1. PCH Esmeralda	100%	Dez/06	22,2	22,2
2. PCH Santa Laura	100%	Out/07	15,0	15,0
3. PCH Santa Rosa II	100%	Jul/08	30,0	30,0
4. PCH Moinho	100%	Set/11	13,7	13,7
5. PCH Passos Maia	50%	Fev/12	25,0	12,5
Geração PCH			Total:	105,9
6. UEE Macaúbas	100%	Jul/12	35,07	35,07
7. UEE Seabra	100%	Jul/12	30,06	30,06
8. UEE Novo Horizonte	100%	Jul/12	30,06	30,06
9. UEE Barra dos Coqueiros	100%	Set/12	34,5	34,5
Geração UEE			Total:	129,7
10. UHE Monjolinho	100%	Set/09	74,0	74,0
11. CERAN				
- UHE Monte Claro	5%	Jan/05	130,0	6,5
- UHE Castro Alves	5%	Mar/08	130,0	6,5
- UHE 14 de Julho	5%	Dez/08	100,0	5,0
14. UHE Dona Francisca	2,12%	Fev/01	125,0	2,6
Geração UHE			Total:	559,0
Geração de Energia			Total:	794,6
				317,7

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA

Comercializamos energia através de Contratos de Compra e Venda de Energia (PPA) de longo prazo. Esses PPAs são reajustados anualmente por inflação e firmados com clientes com sólida classificação de crédito, proporcionando fluxo de caixa previsível e crescente.

98,4% da garantia física dos nossos empreendimentos em operação está comercializada até 2026.

A figura abaixo demonstra a energia contratada pelas subsidiárias da Statkraft Energias Renováveis S.A. por concessão / autorização:



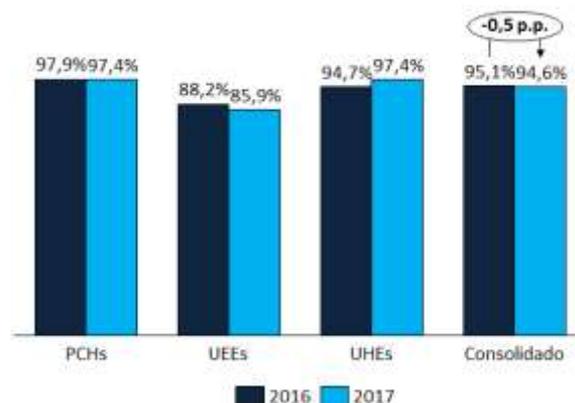
Em sinergia com a empresa comercializadora do Grupo Statkraft no Brasil, a Companhia desenvolve estratégias comerciais visando capturar as oportunidades de curto prazo com base no perfil do fornecimento da energia contratada, hidrologia e os preços do mercado.

DISPONIBILIDADE MÉDIA GERAL NO SISTEMA INTEGRADO NACIONAL

As usinas controladas e operadas integralmente pela Statkraft alcançaram índice de disponibilidade de 94,6% em 2017, redução de 0,5 p.p. em comparação ao ano anterior.

A redução observada em 2017 deve-se a paradas não programadas no Parque Eólico Barra dos Coqueiros durante o 2T17.

Disponibilidade Média Geral no Sistema Integrado Nacional (%)



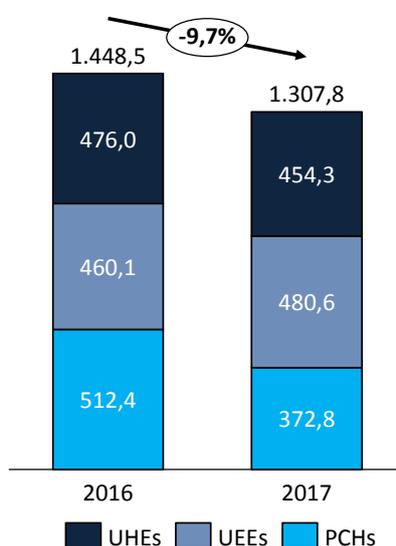
PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A produção de energia elétrica das usinas controladas e operadas integralmente pela Statkraft foi de 1.307,8 MWh em 2017, apresentando redução de 9,7% na comparação com 2016.

Contribuiu para a redução da produção de energia elétrica nos períodos a menor afluência observada nas regiões sul e sudeste, que representou em média 106,1 e 82,0% da vazão esperada (MLT) para 2017, respectivamente, comparado à média de 124,7 e 94,7% em 2016.

Por outro lado, contribuíram para o aumento da produção de energia (i) o desempenho do parque eólico da Bahia, que durante o 1T16 foi afetado por paradas para manutenção não programadas e (ii) o desempenho do parque eólico Barra dos Coqueiros, que apresentou aumento em função dos resultados do plano de otimização, bem como maior recursos de vento.

Produção de Energia Elétrica (MWh)

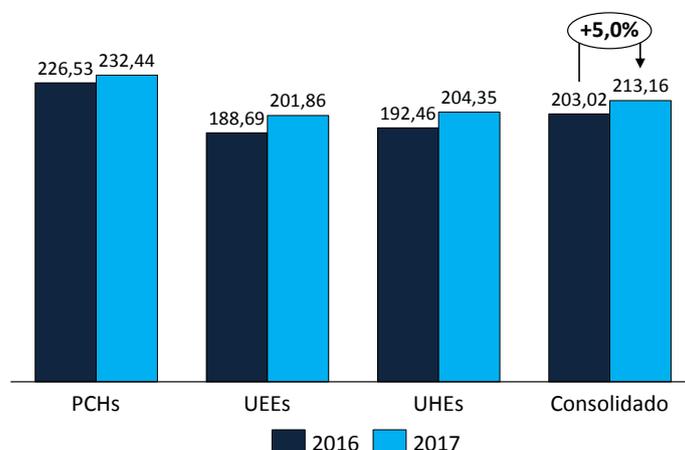


8) Desempenho econômico-financeiro

PREÇO LÍQUIDO MÉDIO DA ENERGIA COMERCIALIZADA

Em 2017 o preço líquido (após deduções de impostos do preço bruto) médio da energia comercializada foi de R\$ 213,16/MWh, aumento de 5,0% na comparação com 2016, quando o preço líquido médio foi de R\$ 203,02/MWh. O aumento no preço líquido médio da energia comercializada reflete os reajustes contratuais vinculados aos índices de inflação, conforme Contratos de Compra e Venda de Energia dos nossos empreendimentos.

Preço Líquido Médio da Energia Comercializada* (R\$/MWh)



*ponderado pela energia comercializada do período.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

Em 2017 a receita operacional líquida total somou R\$ 310,8 milhões, 12,9% maior do que a receita líquida apurada em 2016, quando o valor foi de R\$ 275,2 milhões. Tal variação justifica-se, principalmente, pelo (i) aumento na receita de venda de energia por conta da correção dos contratos de venda (PPA), (ii) maior receita decorrente do Mercado de Curto Prazo (“MCP” – envolve MRE, com efeitos do GSF e/ou secundária) e (iii) menor receita com serviços compartilhados com empresas do grupo Statkraft.

Os componentes da receita operacional líquida e suas variações são tratados a seguir:

Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	2016	2017	Var %
Receita Líquida Total	275.164	310.808	12,9
Fornecimento de energia	269.509	307.301	14,0
- Venda de energia	235.383	246.365	4,7
- Excedente (déficit) líquido de geração Eólicas	14.414	17.433	20,9
- Efeito MCP	19.712	43.503	120,7
Outros serviços	5.655	3.507	-38,0

RECEITA LÍQUIDA DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA – VENDA DE ENERGIA

O aumento de R\$ 11,0 milhões em 2017, equivalente a 4,7% comparado a 2016, é decorrente da correção dos contratos de venda de energia por IPCA.

RECEITA LÍQUIDA DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA – EXCEDENTE LÍQUIDO DE GERAÇÃO EÓLICAS

O aumento de R\$ 3,0 milhões em 2017, comparado a 2016, é fruto da maior geração no parque eólico da Bahia. Ressalta-se que o 1T16 foi impactado pela indisponibilidade do parque em função de paradas não programadas para manutenção, bem como, o baixo regime de ventos no período. A Companhia já recebeu parte das indenizações da seguradora e continua trabalhando na regulação, junto à seguradora, dos eventos que acarretaram a redução da receita no 1T16, com o objetivo de sua recuperação financeira.

RECEITA LÍQUIDA DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA – EFEITO MCP

Em 2017 o Brasil enfrentou a maior crise hidrológica já registrada, e como consequência, o nível de água atingido pelos reservatórios foi tão baixo quanto os registrados em 2014, ano em que a possibilidade de ocorrência de racionamento foi considerada no Brasil.

Como consequência, os geradores foram expostos aos índices de GSF mais altos da história, atingindo uma média de 60% entre julho e novembro.

Assim, a variação da receita na comparação com 3T16 e 9M16 reflete o atual cenário hidrológico e a estratégia de sazonalização da Companhia, aliado ao suporte especializado da comercializadora de energia pertencente ao grupo Statkraft, que aporta seu conhecimento e expertise na gestão do portfólio de energia da Companhia.

Iniciativas como estratégia de sazonalização, análise de participação ao MRE, para as usinas elegíveis, e adesão à repactuação do risco hidrológico (MP 688) foram adotadas como medida de redução da exposição da Companhia aos riscos de GSF/MRE.

Ressaltamos que o resultado líquido do efeito do MCP é conjunto com a linha de “Compra de Energia”, classificada no custo da energia vendida (abaixo demonstrada).

A deficiência da geração hidrelétrica do sistema brasileiro elevou significativamente os pagamentos dos geradores hidrelétricos pela redução do GSF. Esse fato fez com que geradoras participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entrassem com liminares para suspensão dos pagamentos desta natureza. Por conta destas liminares as controladas UHE Monel e PCH Moinho, e a controlada em conjunto PCH Passos Maia estão protegidas do efeito controverso do MRE, até que tal matéria seja julgada.

RECEITA LÍQUIDA DE OUTROS SERVIÇOS

O valor de R\$ 3,5 milhões é decorrente do compartilhamento de serviços com empresas do grupo Statkraft. A variação na comparação com o ano anterior dá-se em função o menor volume de serviços prestados às partes relacionadas.

CUSTOS OPERACIONAIS

Em 2017 os custos operacionais somaram R\$ 183,1 milhões, representando aumento de R\$ 75,2 milhões, equivalente a 69,7% na comparação com o ano de 2016, quando o valor foi de R\$ 107,9 milhões.

Os componentes do custo dos serviços prestados e suas variações são apresentados na tabela abaixo:

Custo Operacionais (R\$ mil)	2016	2017	Var %
Custo Total	107.860	183.070	69,7
Custo do fornecimento de energia elétrica	102.788	169.656	65,1
- Depreciação e amortização	56.092	58.951	5,1
- Encargos setoriais	10.287	10.221	-0,6
- Custo com compra de energia elétrica	12.422	88.384	611,5
- Seguro regulatório	3.389	3.613	6,6
- Outros custos de fornecimento de energia elétrica	20.588	8.487	-58,8
Custo dos serviços prestados	5.072	13.414	164,5
- Outros serviços	5.072	13.414	164,5

DEPRECIÇÃO E AMORTIZAÇÃO

A variação de 5,1% do custo com depreciação, na comparação entre os exercícios de 2017 e 2016, é decorrente da reavaliação da vida útil estimada dos ativos da Companhia. A cada emissão de demonstração financeira o grupo avalia se há indícios de mudanças da vida útil de seus ativos e, a cada três anos, é realizada uma revisão formal das estimativas, mesmo que não existam tais indicativos. Em setembro de 2017 a equipe técnica realizou mudança na estimativa de vida útil técnica dos ativos. Até então a vida útil contábil era considerada a definida pelo Manual de Ativos Fixos da ANEEL, limitado pelo período das concessões e/ou autorizações.

Na reavaliação efetuada em 2017 foram reconhecidos custos de desmobilização (usinas eólicas), além das alterações das estimativas de vida útil que segundo avaliação da equipe técnica serão depreciadas em período menor do que o estimado anteriormente.

ENCARGOS SETORIAIS

A redução de 0,6%% observada em 2017, na comparação com o ano de 2016, é decorrente da perda do desconto de TUST – Taxa de Uso do Sistema de Transmissão no 1T16, fruto da injeção de energia gerada superior ao limite contratado pelas usinas do Complexo Eólico da Bahia no 1T16. Esse efeito de redução compensou o aumento gerado pela atualização da tarifa incidente no tocante ao mesmo encargo.

CUSTO COM COMPRA DE ENERGIA ELÉTRICA

O cenário brasileiro de geração hidrelétrica em 2017 exigiu atenção aos efeitos que afetam significativamente os pagamentos dos geradores hidrelétricos em relação ao GSF, conforme mencionado no item “Receita Líquida de Fornecimento de Energia Elétrica – Efeito MCP.

Iniciativas como estratégia de sazonalização, análise de participação ao MRE, para as usinas elegíveis, e adesão à repactuação do risco hidrológico (MP 688) foram adotadas como medida de redução da exposição da Companhia aos riscos de GSF/MRE.

No ano de 2017, o valor gasto com compra de energia elétrica somou R\$ 88,4 milhões, comparado ao valor de R\$ 12,4 milhões em 2016. Este aumento dá-se em função dos fatores acima mencionados.

SEGURO REGULATÓRIO

Amortização do ativo regulatório decorrente da adesão a MP 688 a qual trata da repactuação do risco hidrológico. A variação no ano de 2017, na comparação com 2016, dá-se pela correção monetária dos valores amortizados.

OUTROS CUSTOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A redução observada em 2017 nesta rubrica, quando comparada a 2016, deve-se à descontinuação das atividades da subsidiária Enex O&M, que até então prestava serviços de Operação e Manutenção para as demais subsidiárias do grupo Statkraft no Brasil.

A partir de 2017, com a descontinuação das atividades da Enex O&M, as atividades de Operação e Manutenção passaram a ser desenvolvidas por funcionários da *holding*, bem como funcionários localizados nas próprias plantas da Statkraft no Brasil.

Como consequência destas ações, o custo anteriormente apresentado sob esta rubrica passou a ser classificado na rubrica abaixo (Outros serviços). Quando consideradas as duas rubricas observamos uma redução de 14,7% em 2017. Essa redução deve-se a alteração de prática contábil que, a partir deste ano, passa a apresentar os com a prestação de serviços para empresas do grupo econômico líquidos dos reembolsos obtidos através das práticas de compartilhamento de custos da Companhia, com efeito de R\$ 7,5 milhões. Este efeito foi parcialmente compensado por aumentos de custos decorrentes de adaptações realizadas no modelo de Operação e Manutenção da Statkraft no Brasil.

OUTROS SERVIÇOS

O aumento observado na rubrica “Outros Serviços” é decorrente dos fatores descritos acima.

DESPESAS (RECEITAS) GERAIS

Em 2017 as despesas gerais somaram R\$ 102,5 milhões, representando redução de R\$ 12,4 milhões na comparação com 2016, equivalentes a 10,8%.

Os componentes das despesas (receitas) operacionais e suas variações são tratados a seguir:

Despesas Gerais (R\$ mil)	2016	2017	Var %
Despesas Totais	114.971	102.542	-10,8
- Gerais e Administrativas totais	47.194	46.403	-1,7
- Gerais e administrativas	36.034	33.186	-7,9
- Remuneração dos administradores	5.535	6.792	22,7
- Encargos setoriais	3.819	3.043	-20,3
- Com estudos em desenvolvimento	1.806	329	-81,8
- Perda em outros ativos	-	3.053	-
- Outros resultados operacionais	67.777	56.139	-17,2

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Em 2017 as despesas gerais e administrativas atingiram R\$ 33,2 milhões, representando redução de R\$ 2,8 milhões, equivalente a 7,9%, na comparação com 2016, quando atingiram R\$ 36,0 milhões. A redução deu-se, essencialmente, em função do menor nível de serviços recebidos da Controladora Norueguesa.

REMUNERAÇÃO DOS ADMINISTRADORES

O aumento observado em 2017, quando comparado a 2016, deu-se pelo aumento no número de administradores da Companhia entre os períodos comparados. Em 2016 os diretores expatriados passaram a ser remunerados diretamente pela Companhia no mês de março, de modo que o primeiro bimestre de 2016 não apresenta esta despesa.

DESPESAS COM ESTUDOS EM DESENVOLVIMENTO

Em 2017 a Companhia não incorreu em gastos externos significativos com estudos para projetos em desenvolvimento, motivo pelo qual é demonstrada uma redução no nível de despesas sob esta rubrica.

ENCARGOS SETORIAIS

Referente à taxa de uso dos recursos hídricos incidente sobre a UHE Monjolinho e sua variação, entre os períodos analisados, está em linha com a variação da geração de energia realizada, sendo a redução parcialmente compensada pelo aumento da TAR utilizada para cálculo do encargo (+9,5%).

OUTROS RESULTADOS OPERACIONAIS

A linha de Outros Resultados Operacionais somou R\$ 56,1 milhões em 2017, apresentando redução de R\$ 11,7 milhões em relação a 2016, quando somou R\$ 67,8 milhões.

Contribuíram para a redução (i) a menor perda por *impairment* sobre ativos operacionais (R\$ 31,4 milhões), (ii) menor perda em ativos financeiros e outros valores recuperáveis (R\$ 19,0 milhões). Por outro lado, a redução foi parcialmente compensada por (iii) condenação judicial relativa a ações da Companhia (efeito legado – R\$ 52,6 milhões) e (iv) reversão de provisões para contingências (R\$ 10 milhões).

RESULTADO FINANCEIRO

Em 2017 o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 34,8 milhões, redução de R\$ 8,4 milhões, equivalente a 19,4%, na comparação com 2016, quando o resultado financeiro correspondeu a uma despesa líquida de R\$ 43,1 milhões.

Os componentes do resultado financeiro e suas variações são tratados a seguir:

Resultado Financeiro (R\$ mil)	2016	2017	Var %
Receitas financeiras	26.820	23.278	-13,2
- Com aplicações financeiras (i)	23.745	19.769	-16,7
- Variação monetária ativa	51	646	1166,7
- Receita de atualização de contrato de energia (ii)	-	1.754	-
- Outras receitas financeiras	3.024	1.109	-63,4
Despesas financeiras	(69.949)	(58.050)	-17,0
- Com financiamentos (iv)	(41.455)	(36.578)	-11,8
- Comissão de fiança e garantias	(528)	(325)	-38,4
- IOF, multa e juros sobre tributos (v)	(818)	(2.454)	200,0
- Variação monetária passiva (vi)	(52)	(229)	340,4
- Concessões a pagar e outras despesas	(11.255)	(5.986)	-46,8
- Juros sobre contrato de mútuo (vii)	-	(11.168)	-
- Provisão para perda ao valor recuperável de ativos financeiros (viii)	-	(2.101)	-
- Outras despesas financeiras (ix)	(15.841)	791	-105,0
Resultado Financeiro	(43.129)	(34.772)	-19,4

RECEITAS FINANCEIRAS

Em 2017 as receitas financeiras atingiram R\$ 23,3 milhões, apresentando redução de R\$ 3,5 milhões, equivalente a 13,2% na comparação com 2016, quando atingiram R\$ 26,8 milhões. Tal variação é decorrente principalmente (i) da redução do rendimento com aplicações financeiras, em função da redução dos indexadores das aplicações (CDI), parcialmente compensado pelo (ii) aumento na correção dos recebíveis referente à receita das eólicas da Bahia.

DESPESAS FINANCEIRAS

Em 2017 as despesas financeiras atingiram R\$ 58,0 milhões, apresentando redução de R\$ 11,9 milhões, equivalente a 17,0% na comparação com 2016, quando atingiram R\$ 69,9 milhões. Tal variação é decorrente: (iv) da redução da capitalização de juros por conta do menor endividamento; (v) aumento na despesas com juros e multas sobre tributos pagos; (vi) maior atualização monetária passiva, (vii) juros incorridos em contrato de mútuo, (viii) provisão pra perda ao valor recuperável de ativos financeiros e (ix) reversão de multa e juros sobre passivos fiscais, em função da adesão ao REFIS.

RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Em 2017 o resultado de participações societárias representou de R\$ 11,7 milhões, em comparação a um ganho de R\$ 9,3 milhões apurado em 2016.

Os componentes do resultado de participações societárias e suas variações são tratados a seguir:

Resultado de participações societárias (R\$ mil)	2016	2017	Var %
- Equivalência patrimonial	7.714	(2.590)	-133,6
- Dividendos auferidos	1.561	14.305	816,4
Resultado de participações	9.275	11.715	26,3

EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

O resultado da participação nos lucros de coligadas e controladas em conjunto é composto pelo resultado da subsidiária Passos Maia Energética S.A. (50%), que apresentou variação negativa devido à variação do resultado da subsidiária em 2017, quando comparado com 2016. Este resultado é decorrente dos efeitos do cenário hidrológico que levaram à necessidade de compra de energia no MRE.

IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Statkraft, assim como as suas controladas ENEX e Monjolinho optou pela apuração do resultado tributável observando a sistemática do lucro real. As demais empresas controladas optaram pelo regime de lucro presumido para apuração do IRPJ e da CSLL incidente sobre o resultado tributável.

Em 2017 o imposto de renda e a contribuição social somaram saldo positivo de R\$ 9,3 milhões, compostos por IRPJ e CSLL no valor de R\$ (11,9) milhões e por IR e CS diferidos no valor de R\$ 21,2 milhões.

A variação positiva no IR e CS diferidos deve-se ao fato de que em 31 de março de 2017 as subsidiárias Macaúbas, Novo Horizonte e Seabra Energética S.A. optaram pelo REFIS conforme Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.687 de 2017, para liquidação de contingências fiscais reconhecidas em 2016. Conforme regra estabelecida para participação deste programa as subsidiárias liquidaram R\$ 4,9 milhões das contingências fiscais com recursos próprios, e R\$ 19,6 milhões com crédito tributário advindo dos prejuízos fiscais de sua controladora – Statkraft Energias Renováveis S/A.

OPERAÇÕES DESCONTINUADAS

Em 2017 as operações descontinuadas somaram prejuízo de R\$ 3,0 milhões, representando o resultado da subsidiária Enex.

O Grupo Statkraft realizou a cessão dos contratos da ENEX a terceiros, a fim de que as atividades de operação e manutenção passem a ser realizadas exclusivamente para as usinas deste Grupo Econômico. Desta forma, após firmado contrato de venda, o fechamento da operação se deu em duas etapas, sendo a primeira em 25 de janeiro e a segunda em 13 de fevereiro de 2017, datas nas quais a ENEX fez: (i) transferência de contratos de O&M firmados com terceiros; (ii) a transferência de empregados da Sociedade para a cessionária; e (iii) a venda dos bens e equipamentos alocados nas usinas para prestação de serviços a terceiros, passando a ENEX a não deter mais qualquer relação comercial com terceiros.

PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES

Em 2016 a participação de não controladores foi de R\$ (151) mil, representando a participação de não controladores na subsidiária Energen Energias Renováveis S.A.

LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO

Em 2017 foi registrado resultado líquido de R\$ 8,4 milhões, enquanto que no ano de 2016 apuramos prejuízo de R\$ 15,4, em linha com os efeitos mencionados anteriormente, com destaque para os efeitos de contingências, além do impacto do risco hidrológico nas operações da Companhia.

Por entender que o resultado nos períodos apresentados foi impactado substancialmente por efeitos contábeis não recorrentes, que não fazem parte das atividades de operação da Statkraft Energias Renováveis, a Companhia divulga o **Lucro (Prejuízo) Líquido Gerencial**, que exclui os efeitos não recorrentes apurados no resultado da Companhia e que não possuem relação com suas operações. Em 2017 o lucro gerencial apurado foi de R\$ 56,5 milhões, apresentando variação negativa em relação ao ano de 2016 em função do risco hidrológico e os efeitos decorrentes do Mercado de Curto Prazo (MCP).

Conciliação Lucro Líquido IFRS x Lucro Líquido gerencial	2016	2017
Lucro (prejuízo) líquido – IFRS	(15.544)	8.401
(+) Efeitos não recorrentes	92.508	48.074
<i>Impairment</i> controladas	44.103	12.754
Contingências fiscais	33.600	-
Ajuste ao valor justo propriedades para investimentos	7.933	-
Condenação judicial (BBE)	-	38.600
Juros sobre contrato de mútuo	-	11.168
Provisão perda ativos financeiros	6.872	5.152
Utilização de prejuízos fiscais (REFIS)	-	(19.600)
Lucro (prejuízo) líquido - Gerencial	76.964	56.475

EBITDA E MARGEM EBITDA – conforme Instrução CVM 527

O EBITDA alcançou R\$ 109,2 milhões em 2017, apresentando uma redução de 38,6% em relação ao ano de 2016, quando alcançou R\$ 177,9 milhões, em função dos efeitos apresentados anteriormente. A margem EBITDA apresentou redução de 29,5 p.p. na comparação entre os períodos, passando de 64,6% para 35,1% da receita operacional líquida em 2017 e 2016.

EBITDA (R\$ mil)	2016	2017	Var %
Lucro (prejuízo) líquido do período	(15.544)	8.401	154,0
(+) Tributos sobre o lucro (IR/CSLL)	31.968	(9.289)	-129,1
(+) Despesas financeiras líquidas	43.129	34.772	-19,4
(+) Depreciação, amortização e <i>impairments</i>	116.279	72.332	-37,8
(+) Operação descontinuada	2.055	3.027	47,3
EBITDA – ICVM nº 527	177.887	109.243	-38,6
(+) Efeitos não recorrentes	4.700	43.752	-
EBITDA – Ajustado	182.587	152.995	-16,2
Receita Líquida	275.164	310.808	12,9
Margem EBITDA	64,6%	35,1%	-29,5 p.p.
Margem EBITDA Ajustada	66,3%	49,2%	-17,1 p.p.

A Administração da Companhia entende que o acompanhamento do EBITDA e da margem EBITDA, é uma das métricas adequadas para análise do desempenho da Companhia, pois, ao excluir despesa financeira e depreciação de seus resultados, permitem a comparação da Companhia com outras empresas do mesmo setor de atuação.

9) Perfil do endividamento

A Companhia possui financiamentos de longo prazo, em moeda nacional, com custos competitivos, cujo objetivo é o de fazer frente aos elevados investimentos requeridos na implantação dos seus projetos de geração de energia. Todos os endividamentos são na categoria *project finance* com receita e estrutura de garantias atreladas ao período da sua amortização.

Em dezembro de 2017 a Companhia realizou dois eventos importantes ao realizar o pagamento antecipado dos financiamentos das subsidiárias Santa Laura e Santa Rosa, utilizando-se de recursos próprios de caixa. Esta ação de desalavancagem refletiu-se na melhora dos principais indicadores financeiros da Companhia, conforme observa-se abaixo.

Em 31 de dezembro de 2017 a dívida líquida somava R\$ 157,5 milhões, cuja abertura é demonstrada na tabela abaixo.

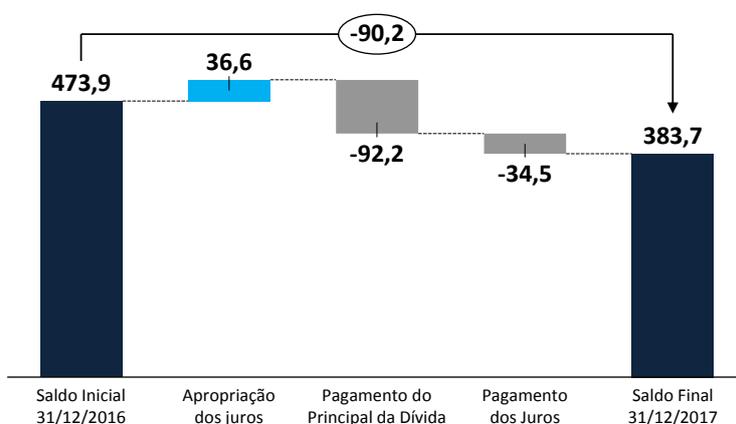
Dívida Líquida (TBRL)	31 de dezembro 2016	31 de dezembro de 2017	Diferença nominal	Var. %
Endividamento	473.868	383.701	-90.167	-19,0
- Financiamento de obras - BNDES	231.241	152.502	-78.739	-34,0
- Financiamento de obras – BNB	242.627	231.199	-11.428	-4,7
Caixa e aplicações financeiras	231.884	226.238	-5.646	-2,4
Dívida líquida	241.984	157.463	84.521	-34,9
EBITDA (últimos 12 meses)	177.887	97.253	-80.634	-45,3
EBITDA Ajustado (*)	182.587	136.700	-45.887	-25,1
Dívida líquida / EBITDA	1,4	1,6	0,2	-
Dívida líquida / EBITDA ajustado (*)	1,3	1,1	-0,2	-

Alguns destaques do comportamento do endividamento a seguir:

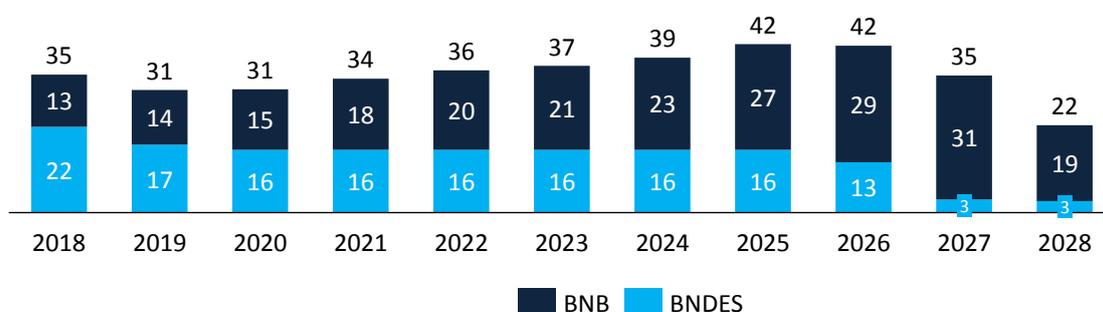
Endividamento: entre os períodos em análise o endividamento bancário apresentou redução de 19,0% ou R\$ 90,2 milhões.

As movimentações que contribuíram para a redução foram: (i) a amortização de R\$ 92,2 milhões de principal, sendo R\$ 80,8 milhões com BNDES e R\$ 14,4 milhões com o BNB e (ii) o pagamento de R\$ 34,5 milhões de juros, sendo R\$ 18,1 milhões com BNDES e R\$ 16,4 milhões com BNB.

Por outro lado a movimentação que contribuiu para o aumento foi a apropriação de encargos financeiros das parcelas a vencer no curto prazo dos empréstimos, no valor de R\$ 36,6 milhões, sendo R\$ 20,1 milhões com BNDES e R\$ 16,4 milhões com BNB.

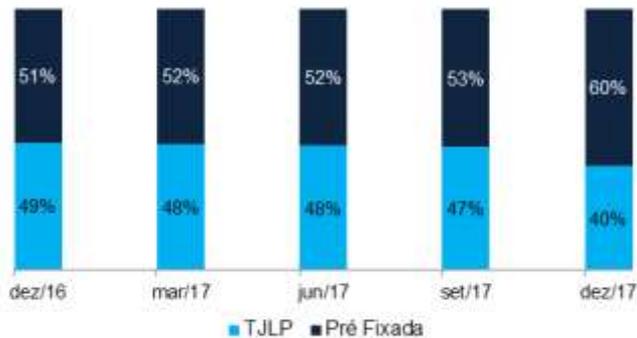


O cronograma de amortização do endividamento, conforme saldo de R\$ 384 milhões de 31 de dezembro de 2017, é apresentado a seguir (em R\$ milhões):

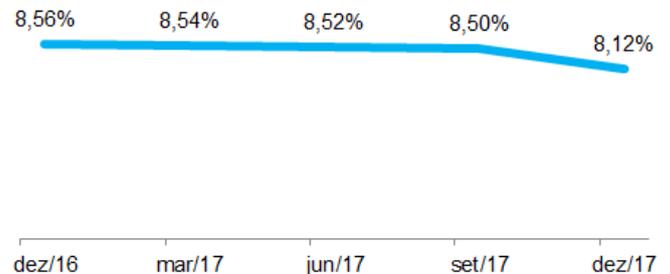


Em dezembro de 2017, a participação do dívida atrelada à TJLP era de 40%, representada pelos empréstimos do BNDES, ante a 60% da pré fixada, representada pela dívida junto ao BNB.

Evolução da Composição da Dívida Bancária por Indexador



Custo Médio Ponderado da Dívida Bancária

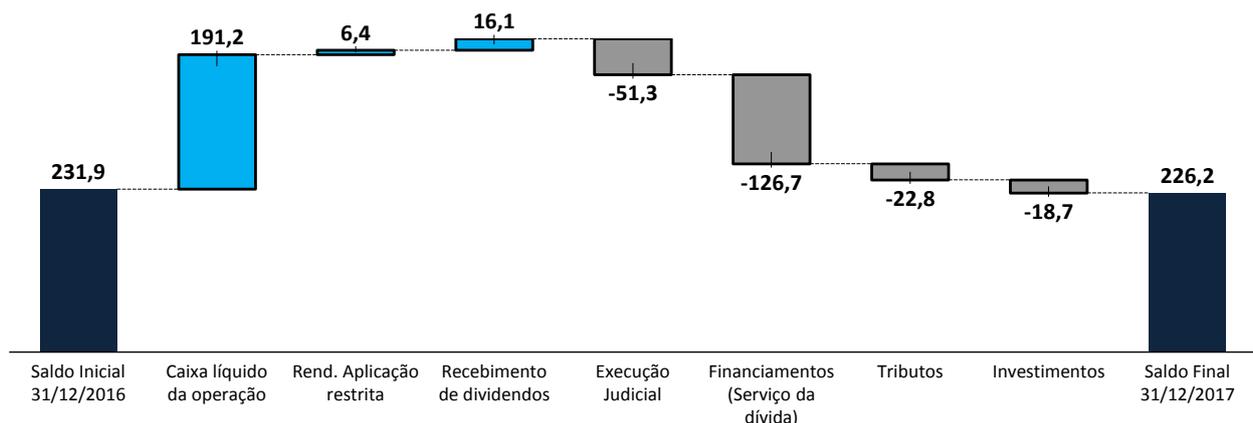


Caixa e aplicações financeiras: entre os períodos em análise houve redução do saldo de caixa e aplicações financeiras de R\$ 5,7 milhões.

As movimentações que contribuíram para o aumento foram: (i) geração de caixa proveniente das operações no valor de R\$ 191,2 milhões, (ii) recebimentos de dividendos de Ceran e Dona Francisca (R\$ 16,1 milhões) e rendimento de aplicação financeira restrita (R\$ 6,4 milhões).

Por outro lado, as movimentações que contribuíram para a redução foram: (i) pagamento de juros sobre financiamentos no valor de R\$ 34,5 milhões, (ii) pagamento de principal sobre financiamentos no valor de R\$ 92,2 milhões; (iii) pagamento de tributos no valor de R\$ 22,8 milhões, (iv) investimentos realizados no valor de R\$ 18,7 milhões e (v) pagamento de execução judicial no valor de R\$ 51,3 milhões.

O saldo de caixa e aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2017 era composto principalmente (i) pelo saldo de caixa e aplicações financeiras de curto prazo das subsidiárias e Statkraft, no valor de R\$ 183,3 milhões e (ii) pelo saldo de R\$ 42,9 milhões com aplicações financeiras restritas, constituídas por força dos contratos de financiamento de longo prazo.



10) Investimentos

Em 2017 a Companhia investiu 18,7 milhões na aquisição de bens de imobilizado, principalmente referente às compras realizadas para estruturar o serviço de planejamento, operação e manutenção dos ativos de geração, em substituição à subsidiária ENEX e as ações de melhoria no Parque Eólico Energen. Acrescentam-se aos investimentos operacionais as adições realizadas no tocante ao projeto de implantação do sistema ERP.

11) Demonstrações financeiras consolidadas

BALANÇO PATRIMONIAL - Ativo:

Ativo (R\$ mil)	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	Var. %
Circulante	228.351	298.368	30,7
Caixa e equivalentes de caixa	140.761	183.324	30,2
Contas a receber	65.627	93.475	42,4
Dividendos a receber	1.832	5.495	199,9
Tributos a recuperar	3.929	5.633	43,4
Almoxarifado	4.842	2.316	-52,2
Repactuação de risco hidrológico	3.630	3.731	2,8
Operações descontinuadas	2.123	-	-100
Outros ativos	5.607	4.394	-21,6
Não Circulante	1.289.153	1.171.856	-9,1
Realizável a longo prazo	220.786	155.930	-29,4
Aplicação financeira restrita	91.123	42.914	-52,9
Partes relacionadas	8.028	6.445	-19,7
Imposto de renda e contribuição social diferidos	11.733	12.776	8,9
Investimentos ao valor justo	79.462	63.416	-20,2
Repactuação de risco hidrológico	4.889	1.972	-59,7
Contas a receber	22.179	27.756	25,1
Outros ativos	3.372	651	-80,7
Investimentos	28.692	20.606	-28,2
Imobilizado	972.307	926.704	-4,7
Intangível	51.191	52.439	2,4
Propriedades para Investimento	16.177	16.177	0,0
Total Ativo	1.517.504	1.470.224	-3,1

► (i) **BALANÇO PATRIMONIAL - Passivo:**

Passivo (R\$ mil)	31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017	Var. %
Circulante	173.937	232.748	33,8
Fornecedores	45.643	102.573	124,7
Financiamentos	44.370	34.804	-21,6
Partes relacionadas	1.629	53.331	3173,8
Concessões a pagar	8.107	8.655	6,8
Salários e encargos sociais	3.918	7.082	80,8
Tributos a recolher	9.996	7.775	-22,2
Imposto de renda e contribuição social	36.664	5.301	-85,5
Dividendos a pagar	1	1.996	199500,0
Outros passivos	23.609	11.231	-52,4
Não Circulante	571.563	458.079	-19,9
Financiamentos	429.498	348.897	-18,8
Concessões a pagar	66.012	64.153	-2,8
Provisão para perda em investimentos	-	903	-
Imposto de renda e contribuição social	652	855	31,1
Tributos a recolher	773	1.013	31,0
Provisão para remoção de imobilizado	-	9.758	-
Provisão para contingências	64.482	23.307	-63,7
Outros passivos	10.146	9.193	-9,4
Total Passivo	745.500	690.834	-7,3
Patrimônio líquido atribuído aos acionistas da controladora	771.997	779.390	0,9
Capital social	880.312	711.365	-19,2
Reserva de lucro	-	21.316	-
Reserva legal	-	420	-
Ajuste de avaliação patrimonial	45.301	46.289	2,2
Prejuízos acumulados	(153.616)	-	-100
Participação dos não controladores	7	7	0,00
Total do passivo e patrimônio líquido	1.517.504	1.470.224	-3,1

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO – (R\$ MIL):

(R\$ mil)	2016	2017	Var %
Receita operacional	275.164	310.808	13,0
Custo do fornecimento de energia	(102.788)	(169.656)	-65,1
Custo dos serviços prestados	(5.072)	(13.414)	-282,8
Lucro bruto	167.304	127.738	-23,6
Gerais e administrativas (*)	(47.194)	(46.403)	10,2
Outras despesas (*)	(67.777)	(56.139)	11,3
Equivalência patrimonial	7.714	(2.590)	-133,6
Dividendos auferidos	1.561	14.305	816,4
Lucro operacional	61.608	36.911	-40,3
Resultado financeiro	(43.129)	(34.772)	19,4
Despesas financeiras	(69.949)	(58.050)	17,0
Receitas Financeiras	26.820	23.278	-13,2
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	18.479	2.139	-88,4
Imposto de renda e contribuição social	(31.968)	9.289	129,1
Lucro proveniente das operações descontinuadas	(2.055)	(3.027)	-47,3
Lucro/ (Prejuízo) líquido do período	(15.544)	8.401	154,0
Acionistas da Controladora	(15.393)	8.401	154,6
Participação de não controladores	(151)	-	-100

(*) Em benefício da comparabilidade entre os saldos anuais, para fins de apresentação deste relatório a administração realizou a reclassificação do saldo de R\$ 4.470 mil de provisão para contingências em 2016, anteriormente apresentado na linha de "Gerais e Administrativas" para a linha de "Outras despesas", sendo esta uma diferença na comparação com a Demonstração Financeira.

INFORMAÇÃO IMPORTANTE:

Este material inclui informações que se baseiam nas hipóteses e perspectivas atuais da administração da Companhia, que poderiam ocasionar variações materiais entre os resultados, performance e eventos futuros. Inúmeros fatores podem afetar as estimativas e suposições nas quais estas opiniões se baseiam, tais como condições gerais e econômicas no Brasil e outros países, condições do mercado financeiro, condições do mercado regulador e outros fatores.